



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

**EDITAL Nº 008, de 30 de abril de 2012**

**O COORDENADOR DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**, de conformidade com a competência que lhe foi atribuída pela Portaria PR-CH n.º 046, de 21/03/2012, e em observância ao Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público Federal – Portaria PGR/MPU nº 378, de 09 de agosto de 2010, **RESOLVE**:

1. Divulgar os gabaritos preliminares e o inteiro teor das provas do Processo Seletivo para Estagiários de Direito, Informática e Jornalismo, conforme anexos deste Edital.
2. Declarar aberto o prazo para interposição de recursos em face dos gabaritos preliminares das provas objetivas, nos termos dos editais de abertura dos certames.

**EDUARDO PELELLA**  
**Coordenador de Estágio**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE

## Prova Objetiva

### Português

#### Questão 1

Assinale a alternativa em que NÃO há erro de pontuação:

- a) Ao julgar procedente ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE), a Justiça Federal em Sergipe (JF/SE), condenou o município a restaurar a fachada do imóvel tombado no qual funciona uma escola pública.
- b) Além do ex-prefeito respondem ao processo o ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do município, Augusto dos Anjos, o ex-secretário da CPL, Herivelton Martins, e o ex-membro da mesma comissão José de Alencar.
- c) A Turminha do MPF acaba de completar um ano de existência e, para comemorar a data, o MPF está distribuindo a todos os membros, estagiários e terceirizados do país um kit com revistinha em quadrinhos, bloquinho de desenhos e marcador de página.
- d) A Procuradoria Regional Eleitoral em Sergipe (PRE/SE) processou Abelardo dos Santos. E também, Antônio Francisco dos Santos seu cabo eleitoral por compra de votos nas eleições; deste ano.
- e) Em um dos casos, relatados na denúncia (peça inicial da ação criminal) a cliente foi coagida a obter cartão de crédito, cheque especial, e crédito imobiliário a fim de ter o financiamento aprovado.

#### Questão 2

Assinale a alternativa em que há erro ortográfico:

- a) semihospitalar / coincidência / circunstância  
b) caracteres / ideia / reencontrar  
c) impreenchível / exangue / exceção  
d) circunscrição / exercera / ajuizamento  
e) arguidas / impugnado / antirreligioso

#### Questão 3

Que orações apresentam a concordância verbal correta?

- I. A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos no art. 1º do Decreto-Lei - DL n.º 201/67 acarretam a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação.
- II. Com a remessa dos autos do Procedimento Administrativo a esta Procuradoria da República, oficiou-se à Prefeitura e ao INSS para que prestassem informações acerca do pagamento do precatório.

III. Convém registrar que, por reiteradas vezes, oportunizou-se ao demandado manifestar-se acerca das providências tomadas.

- a) Apenas a I  
b) I e II  
c) Apenas II  
d) II e III  
e) Apenas III

#### Questões 4

Marque a opção que preenche corretamente as lacunas

\_\_\_\_\_ será relatado a seguir, os demandados, \_\_\_\_\_ conferirem aos recursos federais finalidade diversa da legalmente prevista, deixaram de observar diversos princípios que informam a Administração Pública, causando lesão \_\_\_\_\_ variados preceitos insculpidos na Carta de 1988.

- a) Segundo / apesar de / à  
b) Segundo / ainda que / aos  
c) Conforme / além de / a  
d) Conforme / ainda que / a  
e) Segundo / além de / a

#### Questão 5

O sinal de crase foi utilizado corretamente apenas em:

- a) MPF recomendou à todos os moradores da cidade histórica que não fizessem reformas sem autorização do Iphan.
- b) A Justiça Federal reconheceu que a área ocupada pela comunidade quilombola de Brejão dos Negros pertence à União.
- c) Cartilha do MPF orienta público em geral à fiscalizar uso de verbas públicas.
- d) O MPF requereu à instalação inquéritos policiais para apurar supostas irregularidades denunciadas pela população.
- e) A campanha Carne Legal, desenvolvida pelo MPF, buscou inserir à preocupação sobre a origem da carne bovina no debate público.

#### Questão 6

Qual(is) oração(ões) está(ão) de acordo com a Norma Padrão da Língua Portuguesa:

- I. O MPF requereu ao TRF que mantesse a decisão da primeira instância.

- II. O MP Eleitoral pediu ao TRE a cassação do mandato do deputado federal por compra de votos.
- III. O MPF recomenda à prefeitura que adote providências para conservação do patrimônio histórico tombado.

- a) Todas estão corretas.  
b) I e III  
c) II e III  
d) Apenas I  
e) Apenas III

#### Questão 7

O emprego do pronome está incorreto em:

- a) A empresa beneficiou-se dos atos de improbidade quando deixou de fornecer o material previsto no contrato.
- b) O MPF não opõe-se à regulamentação da união entre casais do mesmo sexo.
- c) Em linhas gerais, requer-se o ressarcimento integral do dano, pagamento de multa civil, proibição de contratar com o poder público e a suspensão dos direitos políticos.
- d) A ação originou-se de uma representação feita pelo presidente da associação de moradores do bairro.
- e) O MPF enviou ofício a todos os acusados, mas eles se abstiveram de apresentar provas de que haviam prestado contas.

#### Questão 8

O uso do advérbio está incorreto em:

- a) No curso das contratações emergenciais, o município autorizou a abertura de tomada de preços, cujo objeto era exatamente o mesmo das três dispensas de licitações anteriores.
- b) Os réus só perderão a função pública a partir do trânsito em julgado da ação, ou seja, quando não couber mais recurso à decisão.
- c) A permissão, recebida pelas empresas permissionárias, é um ato pelo qual o poder público torna possível um pretendente realizar certa atividade, serviço ou utilizar determinados bens que requeiram autorização prévia da administração pública.
- d) O setor de fiscalização já foi informado para não mais emitir autos de infração ou notificação onde se tratar da cláusula de exclusividade.
- e) Um dos critérios adotado por algumas PREs foi o do limite criado pela nova Lei 12.034/09, que permitiu doações de bens estimáveis em dinheiro de até R\$ 50 mil, quando relativas à utilização de bens móveis e imóveis do doador.

#### Questão 9

O acento de crase é necessário em:

- a) As representações não chegaram a Procuradoria Regional Eleitoral.
- b) A ação visa a resolver problemas antigos da comunidade.

c) O MPF enviou a todas as entidades um convite para a Consulta Pública.

d) No processo, há referência a um prefeito e um vereador.

e) A empresa informou ao MPF que se compromete a deixar de comprar carne oriunda de áreas embargadas por órgãos de fiscalização ambiental.

#### Questão 10

A acentuação está correta em:

- a) idéia / argúem / bilíngüe  
b) alcalóide / emprêsa / cajú  
c) vêem / Piauí / pêra  
d) mantêsse / sagüi / juízes  
e) quinquênio / epopeia / sacrilégio

### Conhecimentos Específicos

#### Questão 11

“(....) defende que em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou se desinteressa, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.”

(WOLF, Mauro: Teorias da Comunicação, p.144)

O texto acima refere-se à (ao):

- a) Teoria Hipodérmica  
b) Hipótese da Agenda Setting  
c) Modelo de Persuasão  
d) Teoria Funcionalista  
e) Teoria Culturalógica

#### Questão 12

Considere as proposições:

I Investigação, documental e por entrevista, dos dados de uma notícia ou reportagem. Fase que precede a redação de um texto jornalístico e, eventualmente, em tevê, a expedição da equipe de reportagem ou o início da Gravação.

II Continuação da cobertura de um fato já noticiado. Cobertura de seus desdobramentos (do enterro da vítima, do inquérito policial etc.).

III Primeiro anúncio de um acontecimento importante, imediatamente difundido em rádio, televisão e internet. Tipo de lide sumário, comum na redação de rádio.

LAGE, Nilton: Estrutura da Notícia, p. 68, 74, 71)

As afirmações I, II e III referem-se, nessa ordem, à (ao):

- a) Documentação, Reportagem, Cabeça  
b) Cobertura, Narrativa, Teaser

- c) Pauta, *Gatekeeping*, Sutiã
- d) Apuração, Suíte, *Flash*
- e) Edição, Suplemento, Ao Vivo

### Questão 13

Assinale a opção que apresenta o texto mais adequado para o lide de um relise do Ministério Público Federal.

a) A Justiça Federal de Marabá foi o destino da denúncia contra o coronel da reserva do Exército do Brasil, Sebastião Curió Rodrigues de Moura, apresentada hoje pelo Ministério Público Federal. Na denúncia, o militar é apontado como responsável pelo crime de sequestro qualificado contra cinco militantes, capturados durante a repressão à guerrilha do Araguaia na década de 70 e até hoje desaparecidos.

b) Durante vinte e um anos, entre 1964 e 1985, o Brasil viveu sob o jugo de uma Ditadura Militar. Prisões, tortura, morte e desaparecimentos de opositores do regime marcaram este período. A Lei da Anistia, de 1979, isentou de punição tanto os crimes praticados pelos que combatiam a Ditadura quanto os praticados pelos militares. Mas esse não é o entendimento do Ministério Público Federal, que denunciou hoje à Justiça Federal em Marabá o coronel da reserva do Exército do Brasil, Sebastião Curió Rodrigues de Moura, pelo crime de sequestro qualificado de cinco militantes da guerrilha do Araguaia na década de 70 e até hoje desaparecidos.

c) O Ministério Público Federal denunciou hoje à Justiça Federal em Marabá o coronel da reserva do Exército do Brasil Sebastião Curió Rodrigues de Moura (na época conhecido como Dr. Luchini), pelo crime de sequestro qualificado contra cinco militantes, capturados durante a repressão à guerrilha do Araguaia na década de 70 e até hoje desaparecidos.

d) O coronel da reserva do Exército do Brasil, Sebastião Curió Rodrigues de Moura, foi denunciado à Justiça Federal de Marabá pelo Ministério Público Federal pelo crime de sequestro qualificado contra cinco militantes capturados durante a repressão à guerrilha do Araguaia na década de 70 e até hoje desaparecidos.

e) Denunciar Sebastião Curió de Moura: este é o objetivo do documento entregue hoje, pelo Ministério Público Federal, à Justiça Federal em Marabá. O coronel da reserva do Exército foi acusado pelo crime de sequestro qualificado contra cinco militantes, capturados durante a repressão à guerrilha do Araguaia na década de 70 e até hoje desaparecidos.

### Questão 14

O clipping é a pesquisa, seleção e arquivamento de matérias de interesse da organização publicadas nos veículos de comunicação. Sobre os objetivos do clipping, analise as proposições:

I - Possibilitar análise quantitativa do que é publicado sobre a instituição;

II - Fornecer dados para análises qualitativas do trabalho da assessoria de comunicação;

III - Viabilizar o monitoramento das ações dos públicos de interesse (stakeholders) da instituição;

Sobre as proposições:

- a) Apenas I está correta
- b) Apenas II e III estão corretas

- c) Apenas I e III estão corretas
- d) Nenhuma está correta
- e) Todas estão corretas

### Questão 15

As afirmações abaixo dizem respeito a ferramentas de trabalho da assessoria de comunicação.

I Lista de jornalistas e veículos de interesse de determinada assessoria.

II Conjunto de material, geralmente reunido em uma pasta ou envelope, entregue como apoio ao jornalista durante uma cobertura, lançamento, coletiva, visita, buscando informar a respeito de determinado assunto. Pode conter relises, CD, estatísticas, artigos, fotos, brindes.

III Cursos destinados a orientar as fontes da empresa ou instituição no relacionamento com a mídia.

- a) Pauta, Newsmaking, Briefing
- b) *Mailing*, *Press Kit*, *Media Training*
- c) Banco de Dados, Relatório, *Press-Trip*
- d) Prospecção, Editorial, *Fan Press*
- e) Dossiê, Publieditorial, Gerenciamento de crise

### Questão 16

“Material informativo com formato jornalístico produzido especificamente para servir de pauta ou informação à imprensa. É o instrumento mais usual e tradicional de uma assessoria de imprensa.”

(DUARTE, Jorge: Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia, p. 272)

Marque a alternativa sobre a qual a afirmação se refere.

- a) Relise
- b) *House Organ*
- c) Boletim
- d) Nota
- e) *Briefing*

### Questão 17

As novas tecnologias disponíveis na internet proporcionaram a criação do relise eletrônico. Entre as vantagens dessa ferramenta, assinale a opção **incorreta**:

a) Enviado por e-mail, torna a comunicação com os jornalistas mais ágil.

b) Por conta do fácil envio, recebimento e descarte, pode ser usado livremente, aumentando o contato com as redações.

c) Permite o uso de links para downloads de material complementar ao texto, como fotos, áudios e vídeos.

d) Todo o material pode ser disponibilizado facilmente em áreas específicas do site da empresa ou instituição, conhecidas como “salas de imprensa”.

e) Por ser digital, permite rápida replicabilidade, aumentando o alcance do trabalho da assessoria de comunicação

### Questão 18

A respeito do texto para matérias de rádio é **incorreto** afirmar:

- a) A adjetivação do texto de rádio é um recurso usado para prender a atenção do ouvinte.
- b) O uso correto da pontuação facilita a entonação da voz e a respiração do locutor.
- c) As frases devem ser curtas e claras, mas não podem ser telegráficas, para que o texto não fique monótono.
- d) O texto de rádio pode ser corrido, quando é lido por um único locutor, ou manchetado, quando dois locutores leem a notícia.
- e) O uso do gerúndio deixa as frases mais longas e o texto menos enfático.

#### Questão 19

Assinale a opção mais adequada para um lide de matéria de rádio:

- a) A PRE de Sergipe solicitou ao TRE de Sergipe informações sobre os casos de desfiliações partidárias e alterações de domicílio eleitoral, para verificar a legalidade dos casos. A procuradoria poderá ajuizar ações de cassação de mandatos por infidelidade partidária baseadas nos documentos.
- b) Para verificar a legalidade dos casos sobre os casos de desfiliações partidárias e alterações de domicílio eleitoral, foi solicitado ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, pela Procuradoria Regional Eleitoral, uma lista de informações sobre esses casos. A procuradoria poderá ajuizar ações de cassação de mandatos por infidelidade partidária baseadas nos documentos.
- c) A Procuradoria Regional Eleitoral solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe informações sobre desfiliações partidárias e alterações de domicílio eleitoral, para verificar a legalidade dos casos. A procuradoria poderá ajuizar ações de cassação de mandatos por infidelidade partidária baseadas nos documentos.
- d) Ajuizar ações de cassação de mandatos por infidelidade partidária. Este é o objetivo da Procuradoria Regional Eleitoral, que solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe informações sobre desfiliações partidárias e alterações de domicílio eleitoral, para verificar a legalidade dos casos.

e) O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe vai informar, por solicitação da Procuradoria Regional Eleitoral, os casos de desfiliações partidárias e alterações de domicílio eleitoral. A procuradoria vai verificar a legalidade dos casos e poderá ajuizar ações de cassação de mandatos por infidelidade partidária baseadas nos documentos.

#### Questão 20

De acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), é dever do jornalista:

I Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação.

II Defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito.

III Defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias.

Analise as proposições corretas.

- a) Nenhuma está correta
- b) Todas estão corretas
- c) Apenas I está correta
- d) Apenas II e III estão corretas
- e) Apenas I e III estão corretas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE

## Prova Subjetiva

---

Com base nas informações apresentadas abaixo, redija um relise. Elabore um título para seu texto e, se achar conveniente, um subtítulo. A avaliação da prova subjetiva levará em consideração correção gramatical, coesão e coerência do texto, adequação ao tema proposto, adequação às técnicas de redação jornalística

O texto deve ser entregue, sem rasuras e com letra legível, na folha de resposta da prova subjetiva. O candidato pode utilizar a folha de rascunho anexada à prova.

### **RECOMENDAÇÃO/3º OFÍCIO/PRM/STM Nº 1**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal);

Considerando que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (art. 215 da Constituição Federal);

Considerando que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (art. 216, inciso V, da Constituição Federal), cabendo ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de

outras formas de acautelamento e preservação (art. 216, § 1º, da Constituição Federal);

Considerando que são considerados patrimônio cultural do Estado do Pará os bens de natureza material ou imaterial, quer tomados individualmente ou em conjunto, que sejam relacionados à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade paraense, dentre os quais se incluem as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, bem com as cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, natura, científico e inerentes a relevantes narrativas de nossa história cultural (Lei Estadual nº 5.629/1990);

Considerando que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN tem por finalidade proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, incumbindo-lhe, ainda, o exercício do poder de polícia administrativa para a proteção deste patrimônio (Decreto nº 5.040/2004);

Considerando que os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei;

Considerando que constituem crimes contra o patrimônio cultural as condutas de 1) destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, com pena de reclusão, de um a três anos, e multa (art. 62 da Lei nº 9.605/1998); 2) alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida, com pena de reclusão, de um a três anos, e multa (art. 63 da Lei nº 9.605/1998); 3) promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em

razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida, com pena de detenção, de seis meses a um ano, e multa (art. 64 da Lei nº 9.605/1998);

Considerando o disposto no art. 11, inciso II, da Lei nº 8.429/1992, que considera ato de improbidade administrativa a conduta do gestor público que atenta contra o princípio da legalidade e que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício;

Considerando o Inquérito Civil Público nº 1.23.002.000158/2012-51, instaurado na Procuradoria da República no Município de Santarém/PA a partir de notícia de que a Prefeitura Municipal de Aveiro estaria autorizando a depredação do antigo Hospital de Fordlândia, havendo, inclusive, fotos que demonstram a retirada da cobertura do prédio;

Considerando que no bojo deste Procedimento Administrativo o IPHAN informou a existência de processo de tombamento do conjunto urbano, arquitetônico e paisagístico de Fordlândia, o qual se encontra em fase final, bem como que o Município de Aveiro firmou, no âmbito do PAC Cidades Históricas, um acordo de preservação, no qual se comprometeu a trabalhar de forma articulada com o IPHAN pela preservação do patrimônio cultural de Fordlândia;

Considerando que, da mesma forma, o IPHAN informou que a Prefeitura de Aveiro não vem observando as recomendações realizadas por aquele instituto no que se refere ao projeto de conservação/restauração do galpão do trapiche e de casas da Vila Americana, em Fordlândia;

DECIDE RECOMENDAR:

i. ao PREFEITO MUNICIPAL DE AVEIRO:

i.a) que adote medidas imediatas para fazer cessar a depredação do antigo Hospital de Fordlândia;

i.b) que adote medidas para adequação às recomendações exaradas pelo IPHAN em relação ao projeto de conservação/restauração do galpão de trapiche e de casas da Vila Americana, em Fordlândia.

Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para o atendimento da presente recomendação. Requisita-se, desde logo, que, dentro desse lapso temporal, seja enviado a este órgão do Ministério Público Federal informações sobre as providências tomadas, inclusive por fax e/ou meio digital.

O Ministério Público Federal adverte, ainda, que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências solicitadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de todas as medidas administrativas e ações judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra os que se mantiverem inertes e que poderão, ainda, vir a ser responsabilizados por eventuais danos materiais e/ou morais suportados pela Administração Pública. Encaminhe-se cópia desta recomendação à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Publique-se a presente recomendação no portal eletrônico do MPF/PRPA, nos termos do art. 23 da Resolução 87 do CSMPPF.

Cientifique-se o IPHAN sobre os termos da recomendação.

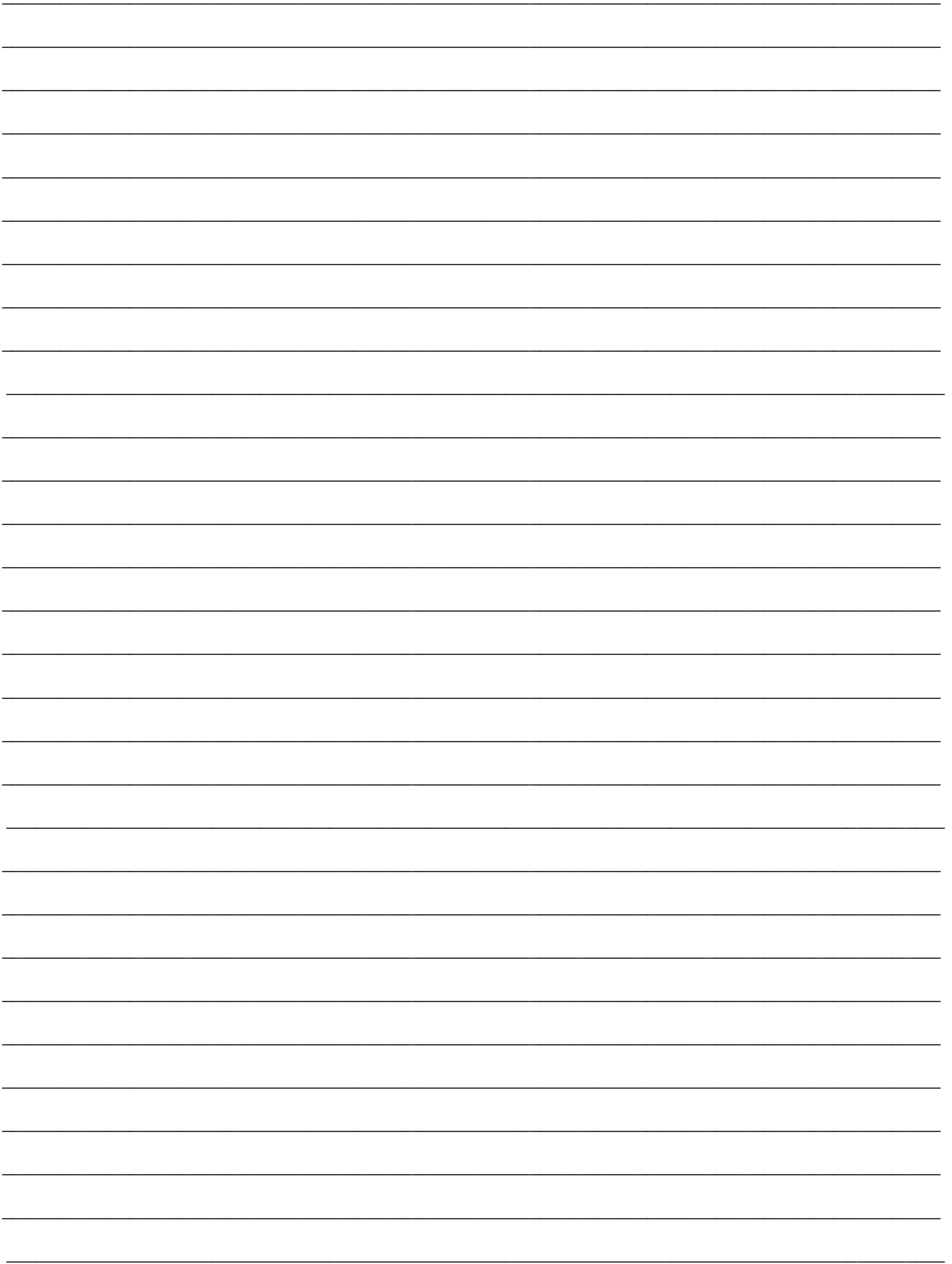
MARCEL BRUGNERA MESQUITA  
Procurador da República

---

|                 |
|-----------------|
| <b>RASCUNHO</b> |
|-----------------|









**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE JORNALISMO**

**2012**

**GABARITO PRELIMINAR - JORNALISMO**

(Anexo do Edital nº 008, de 30 de abril de 2012)

| QUESTÕES      |
|---------------|
| 01 - <b>C</b> |
| 02 - <b>A</b> |
| 03 - <b>D</b> |
| 04 - <b>C</b> |
| 05 - <b>B</b> |
| 06 - <b>E</b> |
| 07 - <b>B</b> |
| 08 - <b>D</b> |
| 09 - <b>A</b> |
| 10 - <b>E</b> |
| 11 - <b>B</b> |
| 12 - <b>D</b> |
| 13 - <b>C</b> |
| 14 - <b>E</b> |
| 15 - <b>B</b> |
| 16 - <b>B</b> |
| 17 - <b>E</b> |
| 18 - <b>A</b> |
| 19 - <b>C</b> |
| 20 - <b>B</b> |